



Número: **0062035-95.2019.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **5ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos**

Última distribuição : **14/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Processo referência: **0062035-95.2019.8.17.2001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (APELANTE)	ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO) JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
EDSON BENEDITO DA CUNHA (APELADO)	MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO) BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (ASSISTENTE)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14522042	28/01/2021 13:46	Decisão Terminativa	Decisão Terminativa

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0062035-95.2019.8.17.2001

APELANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

APELADO: EDSON BENEDITO DA CUNHA

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

DECISÃO TERMINATIVA

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS (RELATOR): Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença proferida pela 7ª Vara Cível-da Capital Seção A.

AÇÃO: Ação de Cobrança Seguro DPVAT.

SENTENÇA (ID 14203162):

“Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar a parte ré, a **pagar a parte autora o valor de R\$4.725,00**, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426).

Em face da sucumbência recíproca condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em 700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora”.

RAZÕES DO RECURSO (ID 14203162): ausência de cobertura securitária para proprietário inadimplente.

CONTRARRAZÕES: não foram apresentadas.

É o relatório. Decido.

Conforme leitura do art. 5º da Lei [6.194/74](#), a indenização referente ao Seguro Obrigatório [DPVAT](#) será devida àquele que comprovar a ocorrência do acidente e do dano respectivo, independentemente da existência de culpa do segurado.

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Nesse sentido, o **Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 257:**

“A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por

Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Por todo o exposto, com fulcro no art. 932, IV, “a” do Código de Processo Civil, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, majorando os honorários advocatícios, de acordo com o art. 85, §11 do CPC, de R\$ 700,00 (setecentos reais) para R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Publique-se.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos

Relator